

AGAMBEN E OS PRESSUPOSTOS DO DISPOSITIVO GOVERNAMENTAL E OIKONOMICO

Sandro Luiz Bazzanella¹

RESUMO: O presente artigo procura investigar a luz das pesquisas arqueológicas e genealógicas, de Giorgio Agamben, sobretudo a partir de sua obra: *“El Reino y la Gloria: una genealogía teológica de la economía y del gobierno”*, 2008 (Homo Sacer, II,2), bem como de outros textos correlatos, a forma como se constituiu a partir dos debates teológicos cristãos dos primeiros séculos da era cristã em torno *oikonomia* da Santíssima Trindade, a racionalidade política e governamental contemporânea submetida aos ditames da economia financeira, tornando-se o *locus par excellence* da captura da vida e de sua administrabilidade a partir de cálculos econômicos de otimização e rentabilidade, na dinâmica da produção e do consumo das sociedades atuais. Ou seja, o objetivo é procurar compreender aspectos constitutivos da forma e, da dinâmica da economia política ocidental presente na modernidade e na contemporaneidade, materializado no paradigma de gestão de seres humanos e de coisas, submetido à égide da racionalidade econômica que se transformou em um fim em si mesmo. Na perspectiva agambeniana estamos inseridos no paradigma econômico e governamental que determina as formas-de-vida humana sob pressupostos biopolíticos, que têm na disciplinarização e no controle da vida biológica seu eixo operativo, esvaziando a política de sua dimensão ontológica originária na Grécia antiga, a de ser o encontro e o confronto público de plurais na busca do bem viver, na constituição do espaço público como espaço ético de exercício da liberdade política.

Palavras-chaves: Economia. Dispositivo. Governamental. Biopolítica.

AGAMBEN AND ASSUMPTIONS OF THE GOVERNMENT DEVICE AND OIKONOMIA

ABSTRACT: This paper investigates the light of archaeological and genealogical research, Giorgio Agamben, especially from his work: *“El Reino y la Gloria: una genealogía teológica de la economía y del gobierno”*, 2008 (Homo Sacer, II,2), as well as other texts related, how it was formed from the Christian theological debates of the early centuries of the Christian era around *oikonomia* the Holy Trinity political rationality and contemporary government submitted to the dictates of the financial economy, becoming the locus par excellence capture life and its manageability from economic calculations optimization and profitability in the dynamics of production and consumption of modern societies. That is, the goal is to try to understand aspects comprising the shape and dynamics of Western political economy present in

¹ Professor de Filosofia da Universidade do Contestado. Coordenador do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Canoinhas. Santa Catarina. Brasil. E-mail: mestrado@unc.br

modernity and the contemporary, materialized the paradigm of management of human beings and things, submitted to the aegis of economic rationality that has turned into an end in itself. In agambeniana perspective we operate in economic and governmental paradigm that determines the ways-of-life human in biopolitical assumptions, which have in disciplining and control of biological life your operating shaft, emptying the policy of its ontological dimension originated in ancient Greece, it is the meeting and the public confrontation of plural in search of the good life, the constitution of public space as an ethical space of exercise of political freedom.

Keywords: Economics. Device. Government. Biopolitics.

ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

O olhar genealógico e arqueológico lançado por Agamben sobre as origens das estruturas metafísicas ocidentais como condição de compreensão das múltiplas fraturas humanas, políticas, jurídicas e, econômicas que estruturam o modo de ser humano e inumano na modernidade, a forma como a racionalidade política e governamental se submete aos ditames da economia, tornando-se o *locus par excellence* da captura da vida e de sua administrabilidade a partir de cálculos econômicos de otimização e rentabilidade na dinâmica da produção e do consumo das sociedades contemporâneas globalizadas, encontra na obra de Agamben: “*El Reino y la Glória: Uma genealogia de la economia e del gobierno*” (2008), uma articulada, perspicaz e profunda análise.

Sob esta perspectiva, entre outras possibilidades interpretativas, pode-se dizer que na tetralogia “*homo sacer*” (“Homo Sacer I – O poder soberano e a vida nua”; “Homo Sacer II – O Estado de Exceção; “Homo Sacer II, 2 - *El Reino y la Glória: Uma genealogia de la economia e del gobierno*” e “Homo Sacer III – O que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha”), Agamben tem como objetivo, ou desafio procurar compreender de que forma a dinâmica política ocidental constitui-se na modernidade e na contemporaneidade, num paradigma de gestão de homens e de coisas, submetido à égide da racionalidade econômica que se transformou em um fim em si mesmo. Esta racionalidade jurídica, política e econômica tornou-se determinante em relação às formas-de-vida humana sob pressupostos biopolíticos que têm na disciplinarização e no controle da vida biológica seu eixo operativo, esvaziando a política de sua dimensão ontológica originária presente na Grécia

antiga, a de ser o encontro e o confronto público de plurais na busca do bem viver, na constituição do espaço público como espaço ético de exercício da liberdade política.

Agamben procura através de um olhar arqueológico e genealógico compreender aspectos da estruturação metafísica ocidental no que concerne à constituição do Estado moderno como *lócus* de concentração e aprisionamento do espaço político, articulado em torno de uma racionalidade governamental econômico-administrativa, que incide sobre a dinâmica da vida biológica dos seres humanos, determinando suas condições de possibilidade existencial. “El paradigma del gobierno y del estado de excepción coinciden en la idea de una oikonomia, de una praxis gestional que gobierna el curso de las cosas, adaptándose cada vez, en su intento salvífico, a la naturaleza de la situación concreta con la que debe medirse”.(AGAMBEN, 2008, p. 95).

Desta forma, a investigação levada adiante por Agamben na obra: “*El Reino y la Gloria...*”, tem como eixo central a investigação sobre a constituição dos conceitos de governo e *oikonomia* na forma como se constituíram nos primórdios da teologia cristã do período medieval e, suas possíveis articulações com os pressupostos políticos e econômicos presentes na modernidade. “La pregunta central de *El Reino y la Gloria* es, en efecto, ¿por qué el ejercicio del poder fue asumiendo en Occidente la forma del gobierno y de la *oikonomia*?” (CASTRO, 2008, p. 11).

A questão norteadora da investigação levada adiante pelo filósofo italiano torna-se assim crucial para a compreensão das questões acima arroladas, bem como do caráter espetacularizado das democracias liberais contemporâneas. Sob esta perspectiva, Agambem chama atenção para os paradoxos e as contradições presentes no discurso das democracias liberais em seus nuances totalitários e, que se manifestam por meio de recursos de disciplinarização e controle dos corpos dos indivíduos. Na potencialização da opinião pública submetida à lógica financeirizada da economia elevada a fim em si mesma. Lógica econômica que assume a condição de transcendência imanente determinando imperativos de gestão econômica da vida, conferindo efetividade e manutenção das bases democráticas no plano local e global.

La sociedad del espectáculo – si llamamos con este nombre a las democracias contemporáneas – es, desde este punto de vista, una sociedad en la que el poder en su aspecto “glorioso” se vuelve indiscernible de la *oikonomia* y del gobierno. Haber identificado integralmente Gloria y *oikonomia* en la forma aclamatoria del consenso es, de este modo, el aporte específico de las democracias contemporáneas y de su governmente by consent [gobierno por consentimiento], cuyo paradigma original no está escrito en el griego de Tucídides, sino en el árido latín de los tratados medievales y barrocos sobre el gobierno divino del mundo. (AGAMBEN, 2008, p. 11).

PERSPECTIVAS GENEALÓGICAS: GOVERNO, ECONOMÍA E DEMOCRACIAS.

Para Agamben, as democracias contemporâneas manifestam, em sua centralidade a fratura ontológica entre ser e práxis, entre política e economia. Isto as faz operar a partir de uma lógica econômica, que se apresenta sob prerrogativas transcendentais na administrabilidade imanente da vida, do cotidiano, da existência. Lógica espetacularizada em sua dimensão global, o que significa dizer, em termos agambenianos, que a “Glória” é o arcano central do poder. Ou seja, que a política como centralidade das relações de poder em que se movem os seres humanos, as sociedades e os Estados, está esvaziada em sua dimensão constitutiva.

Portanto, o que fundamenta e confere sustentabilidade às democracias contemporâneas é sua aclamação, e/ou aceitabilidade pública diante das propostas econômicas governamentais de gestão da vida, da administrabilidade da saúde, da potencialização da produção e do consumo como efetivação do bem viver.

Uno de los resultados de nuestra investigación ha sido que la función de las aclamaciones y la Gloria, en la forma moderna de la opinión pública y del consenso, esta todavía en el centro de los dispositivos políticos de las democracias contemporáneas (AGAMBEN, 2008, p. 11).

Agamben situa-se na linha dos trabalhos investigativos desenvolvidos por Michel Foucault², na medida em que retoma temas e conceitos presentes nas

²Foucault parte do princípio de que o exercício do poder na modernidade articulado em torno da disciplinarização e do controle dos corpos tem seu fundamento no poder pastoral proveniente da tradição judaico-cristã. “Enquanto há entre pastor e ovelha uma relação de “dependência individual e completa”, o pastoreio é uma representação do poder individualizador, do exercício do poder que sujeita os seres humanos uns aos outros e os torna, ao mesmo tempo, sujeitos individuais. É uma forma de poder – dirá Foucault noutra ocasião – que não se preocupa apenas com o “conjunto da comunidade, mas com cada indivíduo particular, durante toda sua vida”, estando, pois, vinculada a uma produção da verdade, a saber, da ‘verdade do próprio indivíduo”. ASSMANN, Selvino J. Apresentação. (In) FOUCAULT, Michel. **OMNES ET SINGULATIM [para uma crítica da razão**

pesquisas do final dos anos 70 realizadas pelo filósofo francês: “los conceptos de gobierno y de economia”. (CASTRO, 2008, p. 90). Apesar das proximidades temáticas entre os dois pensadores, Agamben diferencia-se de Foucault na medida em que busca compreender os fundamentos constitutivos do governo e da economia moderna e contemporânea, a partir dos conceitos estrategicamente situados na gênese da civilização ocidental e, sua articulação com elementos da teologia cristã presentes nos primeiros séculos da era cristã e que se desdobrarão nos debates teológicos medievais determinando de certa forma, o *modus operandi* da política, da economia e do governo na modernidade.

Esta diferença de enfoque entre Foucault e Agamben, também marca a diferença entre os estudos e as pesquisas de Michel Senellart e Agamben. (Senellart, Filósofo francês que se insere na tradição das pesquisas em torno da constituição do biopoder na modernidade desenvolvido por Foucault). Em sua obra, “*As artes de governar*” (2006), o autor estabelece uma história do conceito de governo no Ocidente, desde suas origens patrísticas como o *regimen*, por volta do século VI, que se caracteriza como arte de conduzir almas, até sua materialização no conceito jurídico-administrativo do Estado moderno por volta dos séculos XVI e XVII.

Senellart demonstra as variações, os deslizamentos e as mutações que permitiram ao final da Idade Média, a mudança nas relações entre o *regimen* de origem eclesiástico e que “designa portanto um governo não violento dos homens que, pelo controle de sua vida afetiva e moral, pelo conhecimento dos segredos de seu coração e pelo emprego de uma pedagogia finalmente individualizada, procura conduzi-los à perfeição” (SENELLART, 2006, p. 29), e o *regnum*, no sentido de poder monárquico, que se caracteriza pelo estabelecimento de princípios normativos com finalidade pragmática em relação ao bem comum, à conservação do poder do príncipe, na medida em que governar é conferir ordem e finalidade à existência humana. Assim, o governo do príncipe é pautado modelo do governo divino.

política]. Tradução de Selvino J. Assmann. Desterro: Edições Nephelibata, 2006. páginas I-V, p. I. As pesquisas foucaultinas em torno do poder e de sua apreensão da vida, articulam-se em torno do problema do biopoder e da biopolítica, introduzidos no fim do curso de 1976, *Em Defesa da Sociedade*, tendo como seqüência o curso: *Segurança, Território, População* entre 1977 e 1978, culminando com o curso: *Nascimento da Biopolítica* entre 1978 e 1979.

Ao perscrutar a herança teológica da política ocidental, Agamben se insere no debate que ocorreu entre o filósofo e jurista alemão Carl Schmitt e seu conterrâneo, o teólogo Erich Peterson. “Entre 1935 y 1970 se desarrolla una singular polémica entre Erich Peterson y Carl Schmitt – dos autores que, por distintas razones, pueden definirse como “apocalípticos de la contrarrevolución” (TAUBES, p. 19)”. (AGAMBEN, 2008, p. 22). Carl Schmitt, na obra: “*Teología política*”, parte do princípio de que todos os conceitos da teoria de Estado moderno são conceitos teológicos secularizados, o que requer que se busquem no pensamento cristão os elementos constitutivos do conceito moderno de soberania.

Todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderno são conceitos teológicos secularizados. Não somente de acordo com seu desenvolvimento histórico, porque ele foi transferido da ontologia para a teoria do Estado, à medida em que o Deus onipotente tornou-se o legislador onipotente, mas também, na sua estrutura sistemática, cujo conhecimento é necessário para uma análise sociológica desses conceitos. (SCHMITT, 2006, p. 35)

Por sua vez o teólogo Erich Peterson confrontou a premissa schmittiana, sustentando que “el paradigma de una teología política no es una creación de la teología cristiana, sino dela teología judía. A la teología política, Peterson opone otro paradigma, el de una teología económica, elaborado, en los tratados teológicos sobre la Trinidad” (CASTRO, 2008, p. 92). O que está em jogo neste contexto para Peterson é afirmar que uma teologia política somente seria possível no contexto de uma teologia judia, uma vez que tem por base o povo de Israel organizado politicamente como uma teocracia, uma monarquia divina que governa os homens e o mundo.

Así, Peterson sugiere que el paradigma teológico del motor inmóvil aristotélico es de algún modo el arquetipo de las posteriores justificaciones teológico-políticas del poder monárquico en el ámbito judío y cristiano. [...]. Mientras que en Aristóteles Dios era el principio trascendente de todo movimiento, que conduce el mundo como un estratega conduce su ejército, en este tratado el monarca, encerrado en las habitaciones de su palacio, mueve el mundo como el titiritero maneja sus marionetas mediante los hilos. Sólo en Filón aparece claramente por primera vez algo así como una teología política bajo la forma de una teocracia. Al analizar el lenguaje de Filón, Peterson muestra que la teología política es una creación genuinamente judía. El problema teológico-político se plantea para Filón ‘en lo concreto de su situación de judío’ (p. 30). (AGAMBEN, 2008, p. 26-27).

Ainda, segundo Peterson, esta ideia será retomada e desenvolvida pelos primeiros apologetas cristãos como modo de uma formulação de maior completude e de defesa do cristianismo frente ao poder imperial de Roma. Apresentar-se-iam, nesta perspectiva, cristãos como Justino, Taciano, Téofilo, Ireneu, Hipólito, Tertuliano e Orígenes. “Pero es en Eusebio, [...] donde una teología política cristiana encuentra su formulación más completa. Eusebio establece una correspondencia entre la venida de Cristo a la tierra como salvador de todas las naciones y la instauración por parte de Augusto de un poder imperial sobre toda la tierra”. (AGAMBEN, 2008, p.28). Desta forma, à monarquia política romana restaurada por Constantino correspondería a monarquia divina “al *único* rey sobre la tierra le corresponde el único rey en el cielo y el *único nómos* y *Lógos* soberano” (Peterson 1, p. 50)”. (AGAMBEN, 2008, p. 28).

Según sostiene Agamben, autores como Juan Crisóstomo, Ambrosio de Milán o Jerónimo, siguiendo a Eusebio, se sirven del paralelismo entre la unidad del imperio y la unidad de Dios como clave de lectura de la historia. Pero el paradigma de la monarquía divina, sobre el que se funda el paradigma de la teología política, entra en crisis, según Peterson, con la elaboración de la teología de la Trinidad, dando lugar no a una teología política, sino económica. (CASTRO, 2008, p. 92).

Seguindo os rastros deixados por Schmitt e Peterson, resultado do intenso debate entre os dois, Agamben propõe-se a demonstrar de que forma, a partir da teologia cristã, surgem dois paradigmas políticos antagônicos, porém, intimamente conectados. Assim, num primeiro momento o debate entre o filósofo jurista e, o teólogo, pode apresentar-se como um debate que se estabelece a partir de dois paradigmas teológicos distintos, inconciliáveis. Mas, se observarmos com maior acuidade teórica e conceitual constata-se que se complementam funcionalmente, articulando-se e fundamentando os principais conceitos políticos e econômicos em torno dos quais se estabelecem as relações de governo e de gestão administrativa da vida biológica na modernidade e na contemporaneidade.

Una de las tesis que se tratará de demostrar es que de la teología cristiana derivan en general dos paradigmas políticos, antinómicos pero funcionalmente conectados: la teología política, que funda en el único Dios la trascendencia del poder soberano, y la teología económica, que sustituye a esta por la idea de una oikonomía, concebida como un orden inmanente - doméstico y no político en sentido estricto - tanto de la vida divina como de

la humana. Del primero derivan la filosofía política y la teoría moderna de la soberanía; del segundo, la biopolítica moderna hasta el actual triunfo de la economía y el gobierno sobre todo otro aspecto de la vida social. (AGAMBEN, 2008, p. 13).

Agamben, ao tomar em consideração a tese schmitiana de que, em significativa medida, os conceitos políticos modernos apresentam-se como secularização de conceitos teológicos, desenvolverá suas pesquisas em torno do paradigma da teologia econômica, o que o conduzirá por caminhos conceituais que lhe permitirão reconstituir genealogicamente os conceitos de economia e de governo presentes na modernidade. Nesta perspectiva, o filósofo italiano investigará as formas a partir das quais os paradigmas teológico e econômico se relacionam, o que exigirá que Agamben parta da análise, num primeiro momento, dos pressupostos que fundamentam a teologia da Trindade, presente nos primeiros momentos do cristianismo e, num segundo momento, conduza suas análises à teologia da glória.

Um dos principais problemas que se apresentam nos primeiros séculos da era cristã aos teólogos é a necessidade de justificação de um Deus único, governante do mundo divino e do mundo humano. À tese aristotélica e, por extensão estoica do motor imóvel como princípio transcendente de todo o movimento que conduz o cosmo sem tomar conhecimento do mundo humano em função de sua absolutidade, os teólogos cristãos contrapõem o dogma da Trindade.

La teología de los capadocios, de la que - junto a Basilio de Cesárea y Gregorio de Nisa - Gregorio de Nacianzo es el principal exponente, se empeña en liquidar las últimas resistencias arrianas y homoousianas, y en elaborar la doctrina de la única sustancia en tres hipóstasis distintas, que se afirmará definitivamente en el año 381 con el Concilio de Constantinopla. Se trataba de conciliar la impostación monárquica de la divinidad implícita en el concepto de la homoousía con la afirmación de las tres hipóstasis (Padre, Hijo y Espíritu Santo). (AGAMBEN, 2008, p. 32).

O dogma trinitário implica em consistentes justificativas em várias frentes argumentativas, como condição de evitar os riscos advindos de sua aproximação à concepções politeístas presentes nos povos pagãos no contexto de transição do mundo antigo para o mundo medieval em que o cristianismo busca se afirmar, mas também enfrentar os debates e as oposições teológicas entre monarquistas, adeptos de um único Deus soberano dos céus e da terra, e governamentalistas articulados em torno do dogma trinitário. “Aquí la preocupación de Gregorio es, con toda eviden-

cia, conciliar el vocabulario metafísico de la unidad de la sustancia divina con el más concreto y casi corpóreo de la Trinidad [...]”. (AGAMBEN, 2008, p. 34).

O que está em jogo não é pensar e justificar como se estabelece a articulação trinitária para além de algo substancial, mas sim, como modo de ser, ou de relação que se estabelece na unicidade do Deus único, preservando sua absolutidade na medida em que governa providencialmente os destinos do mundo. “se trata, en efecto, de pensar la articulación trinitaria de las hipóstasis sin introducir en Dios una *stásis*, una guerra intestina. Por esto él, usando libremente la terminología estoica, concibe las tres hipóstasis no como sustancias, sino como modos de ser o relaciones [...] en una única sustancia [...]”. (AGAMBEN, 2008, p. 34).

Para o teólogo Erich Peterson é neste contexto que se dá a passagem de um paradigma teológico político para o paradigma teológico *oikonomico*, na medida em que, para justificar o modo de ser de Deus, das relações das três pessoas divinas que compõem uma única substância, pressupõe uma *oikonomia*, um modo de gestão de tais relações. “En los primeros esfuerzos teológicos para pensar conceptualmente la unidad y la trinidad de Dios, el término “*oikonomia*” será utilizado para hablar de la praxis divina, de su actividad dirigida a un determinado fin.” (CASTRO, 2008, p. 95).

O termo *oikonomia* será tomado pelos teólogos cristãos sob a mesma acepção que possuía entre os gregos e presente de forma sistemática no tratado aristotélico ou pseudo-aristotélico sobre a economia. Para Aristóteles *oikonomia* relaciona-se a administração da casa, das relações vitais que se estabelecem no âmbito privado da *oikos*. Desta forma, fica patente nos pressupostos do filósofo estagirita, o fato de que as atividades próprias da *oikonomia* diferem substancialmente da atividade política desenvolvida em praça pública pelos cidadãos no uso da liberdade. Esta condição reforça o argumento agambeniano de que a metafísica ocidental sobre a qual se funda a civilização se articula em torno de fraturas e cisões entre *physis* e *nomos*, entre *humanidade* e *animalidade*, *voz* e *phone*, entre *oikos* e *polis*.

Oikonomía significa ‘administración de la casa’. En el tratado aristotélico (o pseudoaristotélico) sobre la economía, se lee que la *téchne oikonomiké* se distingue de la política, como la casa (*oikía*) se distingue de la ciudad (*polis*). La diferencia se confirma en la Política, donde el político y el rey, que

pertenecen a la esfera de la polis, se presentan como opuestos cualitativamente al oikónomos y al déspotas, que se refieren a la esfera de la casa y la familia. (AGAMBEN, 2008, p. 41).

Agamben chama atenção para o fato de que o *oikos* grego não possui similaridade com a casa familiar concebida e articulada na modernidade, ou mesmo, algo como uma família ampliada, mas caracteriza-se como um organismo complexo em que se entrecruzam múltiplas situações. Entre elas, relações de poder que se estabelecem entre pais e filhos, patrão e escravo. Relações que se estabelecem na condução das atividades produtivas e de subsistência, relações conjugais entre marido e mulher. Sob estas perspectivas, a *oikonomia* grega apresenta-se como um paradigma de gestão em torno de atividades práticas e problemas específicos que implicam a manutenção da ordem funcional e das diversas instâncias da *oikos*, como espaço de manutenção da vida biológica. “La *oikonomía* se presenta aquí como una organización funcional, una actividad de gestión que no está vinculada a otras reglas excepto el funcionamiento ordenado de la casa (o de la empresa en cuestión)”. (AGAMBEN, 2008, p. 43).

es un paradigma que podríamos definir ‘de gestión’ y no epistémico: se trata, entonces, de una actividad que no está vinculada a un sistema de normas ni constituye una ciencia en sentido propio [...], sino cierto modo de ser: [...], pero implica decisiones y disposiciones que enfrentan problemas siempre específicos, que conciernen al orden funcional (*taxís*) de los diversas partes del *oikós* (AGAMBEN, 2008, p. 42).

É sob este enfoque de *oikonomia*, que se articulam noções de gestão, governo, ordem, disposição, escolha e capacidade de análise, que os primeiros teólogos transpõem para o âmbito teológico, possibilitando, neste contexto, o sentido de plano divino da salvação. “Es sobre esta base que, en la época cristiana, el término *oikonomía* se traspone al ámbito teológico, donde - según la opinión común - adquiriría el sentido de “plan divino de la salvación” (en particular, en referencia a la encarnación de Cristo)” (AGAMBEN, 2008, p. 46).

El concepto de *oikonomía* es el operador estratégico que, antes de la elaboración de un vocabulario filosófico apropiado - algo que ocurrirá sólo en el curso de los siglos IV y V - permite una conciliación provisoria de la Trinidad con la unidad divina. La primera articulación del problema trinitario se da entonces en términos “económicos” y no metafísico-teológicos, y por esta razón, cuando la dogmática niceno-constantinopolitana alcance su

forma definitiva, la oikonomía desaparecerá progresivamente del vocabulario trinitario para mantenerse sólo en el de la historia de la salvación. (AGAMBEN, 2008, p. 72).

Segundo Agamben, o sentido de *oikonomia* designando o plano divino da salvação surge com o Apóstolo Paulo, para quem, num primeiro momento “economía era la actividad que se desarrollaba para revelar o cumplir el misterio de la voluntad o la palabra de Dios (*Col, 1,24-25; Eph.,3-9*)” (AGAMBEN, 2008, p. 76), para tornar-se a própria atividade salvífica encarnada no figura do Filho, “*ahora es esta misma actividad, personificada en la figura del hijo-verbo, la a que se vuelve el misterio*” (AGAMBEN, 2008, p. 76). Ou seja, o mistério não é a *oikonomia* em si evidente, mas a própria economia como uma práxis, uma práxis da salvação através da qual Deus se articula e dispõe da vida divina através da Trindade, conferindo ao mundo, às criaturas e a todo acontecimento um sentido oculto. “El arcano de la divinidad y el arcano del gobierno, la articulación trinitaria de la vida divina y la historia y la salvación de la humanidad son, al mismo tiempo, distintos e inseparables” (AGAMBEN, 2008, p. 95).

No hay una economía del misterio, es decir una actividad orientada a cumplir y revelar el misterio divino, sino que lo misterioso es la pragmateía misma, la propia praxis divina. [...]. Con un desarrollo ulterior de su significado también retórico de ‘disposición ordenada’, la economía ahora es actividad - en esto realmente misteriosa - que articula en una trinidad y, a su vez, mantiene y ‘armoniza’ en unidad al ser divino (AGAMBEN, 2008, p. 77).

Sob estas condições, as concepções de tempo e de história assumem um significado particular e decisivo no cristianismo, o que permite afirmar que o cristianismo é uma religião histórica, para além da figura de Jesus Cristo que assume a condição humana na consecução do projeto salvífico de Deus pai, que se realiza numa dimensão temporal. O cristianismo confere ao tempo valor e sentido salvíficos. Concebe o tempo a partir de uma dimensão escatológica e teleológica, articulando-se em torno de uma teologia da história. Agamben chama atenção para o fato de que a teologia da história vincula-se, desde suas origens, ao paradigma econômico e a seus mistérios salvíficos. Mais ainda, influencia diretamente a concepção moderna de história e de uma filosofia da história, da qual Hegel e Marx, salvaguardadas as continuidades e diferenças conceituais entre ambos, apresentam-se como seus representantes exponenciais ao proporem a história

como método de leitura e compreensão das ações econômicas e contingências humanas no decorrer da civilização ocidental.

nuestra concepción de la historia se ha formado bajo el paradigma teológico de la revelación de un 'misterio' que es, a su vez, una 'economía', una organización y una 'administración' de la vida divina y humana. Leer la historia es descifrar un misterio que nos concierne de modo esencial; pero este misterio no tiene que ver con algo así como el destino pagano o la necesidad estoica, sino que se refiere a una 'economía' que dispone libremente las criaturas y los acontecimientos dejándoles a ellos su carácter contingente e incluso su libertad y sus inclinaciones [...]. (AGAMBEN, 2008, p. 88).

Portanto, o recurso conceitual, a partir do qual se articularam os primeiros teólogos em torno de uma economia divina, lhes permitiu afirmar a unicidade de Deus estabelecida em três pessoas distintas, formando o dogma trinitário. Se, por um lado, esta arquitetura teológica lhes possibilitou fazer frente às ameaças e riscos advindos do politeísmo pagão, por outro lado, permitiu, diante do ocaso da cultura clássica e sua visão cosmológica unitária que, a partir de então, passava a se fragmentar e a se bifurcar em pressupostos ontológicos e práticos irrevogáveis, que a teologia cristã pudesse elaborar e manter uma doutrina em que se misturam elementos judeus e pagãos através de um paradigma gestacional que, mantendo o ser de Deus em sua unicidade, permitisse explicar o ato da criação e da redenção através de uma *oikonomia* divina, em que o *Logos* divino e o Filho articulam-se em torno do governo do mundo, conciliados com a unidade da substância divina.

En el ocaso de la cultura clásica, cuando la unidad del cosmos antiguo se fractura, y el ser y el obrar, la ontología y la praxis parecen bifurcar irrevocablemente sus destinos, vemos elaborarse en la teología cristiana una compleja doctrina en la que confluyen elementos judíos y paganos. Esta intenta leer - y a su vez recomponer - aquella fractura a través de un paradigma gestacional y no-epistémico: la *oikonomía*. Según este paradigma, la praxis divina, desde la creación hasta la redención, no tiene fundamento en el ser de Dios y se distingue de él hasta realizarse en una persona separada, el *Lógos* o el Hijo; sin embargo, esta praxis anárquica e infundada tiene que poder conciliarse con la unidad de la sustancia. (AGAMBEN, 2008, p. 119).

Neste contexto, está em questão o desafio da teologia trinitária cristã de “conciliar la transcendencia de Dios con la creación del mundo, y la ajenidad de Dios con respecto al mundo con la idea estoica y judía de un Dios que cuida del mundo y lo gobierna providencialmente” (AGAMBEN, 2008, p. 119). Diante desta aporia, o

paradigma da *oikonomia* em sua caracterização administrativa e gestacional apresenta-se como condição de fazer frente aos desafios “como un *lógos*, racionalidad sustraída a todo vínculo externo y una praxis no aferrada a necesidad ontológica a norma preconstituída algunas” (AGAMBEN, 2008, p. 119-120).

la oikonomía hace posible una conciliación en la cual un Dios trascendente, a la vez uno y trino, puede - permaneciendo trascendente - asumir sobre sí la cura del mundo y fundar una praxis inmanente de gobierno cuyo misterio supra-mundano coincide con la historia de la humanidad. (AGAMBEN, 2008, p. 96).

Talvez se possa dizer, em concordância com Agamben, que estas articulações conceituais presentes nos primeiros teólogos do cristianismo, no esforço de fundamentar o dogma da Trindade, determinarão de forma singular a história dos conceitos políticos e da economia no Ocidente. Neste sentido, esta estruturação teológica exigiu um alto preço, na medida em que introduz em Deus uma divisão entre seu Ser e seu Agir, entre a ontologia e a práxis divina. “Esta polaridade es, en definitiva, una consecuencia de los dos usos teológicos del termino “*oikonomia*”: el primero que se utilizaba para hablar de la organización interna de la divinidad, de su ser; el segundo, para el gobierno divino de la historia, para la economía de la salvación”. (CASTRO, 2008, p. 96).

A MÁQUINA GOVERNAMENTAL E OIKONOMICA

No contexto dos argumentos apresentados até presente momento é possível arrolar algumas consequências que incidem diretamente sobre o conceito de política e economia presentes no Ocidente. Uma das primeiras consequências articula-se em torno da concepção cristã de mundo que se apresenta diametralmente oposta à concepção de mundo presente na antiguidade. O mundo cristão é uma criação de um Deus voluntarioso. Deus não cria o mundo como necessidade, mas por um ato de sua vontade livre. “Por ello, entre el ser de Dios y su actividad, como en el dispositivo que los vincula, los teólogos se ven obligados a colocar la voluntad libre.” (CASTRO, 2008, p. 96). Nesta perspectiva, Agamben reafirmará a tese heideggeriana de que o primado da vontade ultrapassa a história da metafísica ocidental culminando com Schelling e Nietzsche. Tem seus fundamentos na fratura

teológica entre ser e agir característica da teologia *oikonomica* que funda o dogma trinitário.

Outra consequência derivada desta fratura no âmago divino entre ser e agir, ser e práxis, apresenta-se na relação entre governo e anarquia. “Toda la controversia de los siglos IV e VI contra Ario tuvo como eje la cuestión de la *arché* [principio] del Hijo”. (CASTRO, 2008, p. 96). A Igreja posicionar-se-á contra a tese de Ário sustentando que “el Hijo, que asume en su persona la tarea salvífica de Dios, es sin *arché*, es anárquico”. (CASTRO, 2008, p. 96). Deus em sua absolutidade é um fim em si mesmo é anárquico, está para além da necessidade de um fundamento. Ou seja, a existência de um fundamento é prerrogativa dos seres criados, do homem em sua dimensão necessariamente contingente.

La tesis necena, que al final saldría victoriosa, muestra aquí su coherencia con la doctrina de la oikonomia. Así como esta no está fundada ni en la naturaleza ni en el ser de Dios, sino que constituye en sí misma un “misterio”, así en Hijo – es decir, el que ha asumido en sí la economía de la salvación – esta infundado en el Padre; es, como él, anárquico, sin fundamento ni principio. [...]. La oikonomía y la cristología son - no sólo históricamente, sino también genéticamente - solidarias e inseparables: así como la praxis en la economía, así también el Lógos, la palabra de Dios, en la cristología es extirpado del ser y se vuelve anárquico (de aquí las constantes reservas de muchos partidarios de la ortodoxia antiarriana contra el término homoúsios, impuesto por Constantino). Si no se entiende esta vocación “anárquica” originaria de la cristología, no es posible comprender ni el desarrollo histórico posterior de la teología cristiana, con su latente tendencia ateológica, ni la historia de la filosofía occidental, con su cesura ética entre ontología y praxis. Que Cristo sea “anárquico”, significa que, en última instancia, el lenguaje y la praxis no tienen fundamento en el ser. (AGAMBEN, 2008, p. 108).

Desta forma, o dogma, ao fundar-se e articular-se numa economia trinitária, tem por finalidade potencializar a práxis divina no governo da obra da criação, mantendo sua unicidade absoluta originária para além de todo e qualquer fundamento. Ou, expresso de outra forma, a economia e o governo do mundo apresentam-se sem fundamento, anárquicos, na forma de relações transcendentais e imanentes. É o mistério divino que se manifesta na ordem cosmológica, na gestão da vida em sua totalidade, bem como nas particularidades humanas em seu cotidiano. “*El aporte de la economía trinitaria es, entonces, hipostasiar, dar existencia real al lógos y a la praxis de Dios, y, a la vez, afirmar que esta*

hipostatización no divide la unidad, sino que la "economiza" [...]. (AGAMBEN, 2008, p. 110).

Sob tais pressupostos, Agamben argumenta que no contexto teológico medieval a bipolaridade que se estabelece entre ser e práxis, conduzirá a uma oposição entre teologia e economia. Apresentam-se duas racionalidades que terão incidência direta sobre a estrutura e conceitos políticos e governamentais que se constituirão no Ocidente, de forma mais específica na modernidade. Esta condição bipolar originará na estrutura política ocidental constitui o paradigma da soberania, do poder soberano que instaura a ordem jurídica, mas que se mantém fora dela e, por outro lado, a instauração da racionalidade econômica que fundamentará o paradigma do governo como gestão de coisas e de seres humanos.

A partir de los capadocios, en particular con Gregorio de Nacianzo, la oposición entre teología y oikonomía se vuelve una distinción técnica para indicar no solamente dos ámbitos distintos (la naturaleza y la esencia de Dios por un lado y su acción salvadora por el otro, el ser y la praxis), sino también dos discursos y dos racionalidades diferentes, cada uno con su propia serie conceptual y sus caracteres específicos. Hay, entonces, dos lógoi respecto de Cristo, uno que concierne a su divinidad y uno que concierne a la economía de la encarnación y la salvación. (AGAMBEN, 2008, p. 110).

Apresenta-se neste contexto uma das características constitutivas da máquina governamental e *oikonomica* ocidental, na medida em que a economia apresenta-se como transcendência que, através de um articulado sistema de crenças, de leis de mercado revestidas da aura da sacralidade, dirige e determina, através de mão invisível, os destinos humanos. Compete ao governo, no plano da imanência operacionalizar as verdades reveladas pela economia na administrabilidade da vida e da morte dos seres humanos e, da vida em sua totalidade.

Sob estes pressupostos teológicos e *oikonomicos* que fundamentam a máquina governamental, articulados em torno da ruptura ontológica entre ser e práxis, materializa-se na modernidade a ruptura entre política e economia. A política como dimensão ontológica originária, presente na gênese da civilização ocidental, determinante das formas-de-vida, fundante da ordem ética e política da existência humana encontra-se na modernidade submetida às determinações transcendentais da economia. Assim, a economia passa a dirigir no plano da imanência, da

cotidianidade da vida humana as formas-de-vida de acordo com os interesses da vontade econômica em jogo. Justifica-se assim entre outras possibilidades interpretativas o surgimento da economia política, que em nossos dias apresenta-se como política econômica.

A partir destas assertivas e na continuidade do esforço teórico de apreensão das características constitutivas da máquina governamental, Agamben demonstra as diferenças entre Reino e Governo. Partindo de uma citação de Carl Schmitt “*le roi règne mais il ne gouverne pas*”, “o rei reina, mas não governa”, o filósofo italiano procura demonstrar que a característica histórica da cultura política ocidental é marcada por separações e cruzamentos entre o paradigma *oikonomico* e o paradigma político.

Desta forma, a díade “Reino e Governo” se apresentam como par constitutivo da máquina governamental moderna e contemporânea, na medida em que se apresenta na forma de dois paradigmas distintos, mas ao mesmo tempo operando articuladamente a partir das rupturas entre ser e práxis, transcendência e imanência. O Reino representa o poder soberano em seu domínio extensivo, um poder que se exerce sobre o território e tudo aquilo que lhe é constitutivo. O Governo materializa a gestão do território, de suas riquezas, de sua população. Otimiza a vida e a morte de seu recurso populacional, conhecido de forma sistemática por meio de informações estatísticas, que revelam a dinâmica populacional em suas mais variadas condições de existência, bem como por meio dos códigos de registro e controle da natalidade, da força de militar, da força de trabalho ativa e passiva. Ou seja, a população é tomada como recurso humano personificado nos indivíduos produtores e consumidores.

Se enfrentan entonces dos diversas concepciones del gobierno de los hombres, la primera, todavía dominada por el viejo modelo de la soberanía territorial, que reduce la doble articulación de la maquina gubernamental a un momento puramente formal; la segunda, mas cercana al nuevo paradigma económico-providencial, en el que los dos elementos mantienen, incluso en su correlación, su identidad, y a la contingencia de los actos de gobierno corresponde la libertad de la decisión soberana. (AGAMBEN, 2008, p. 191).

Agamben demonstra que, na tradição metafísica ocidental, o poder se constitui na articulação de duas esferas distintas, porém, interdependentes,

transcendência e imanência, ordem divina e ordem humana. A máquina governamental, desde seus primórdios, extrai a justificativa de sua existência deste paradoxo, desta fratura originária. Reino e governo constituem a máquina governamental numa relação de fratura e de constante articulação, o que permite o pleno exercício do poder econômico e político no Ocidente. “Reino y Gobierno constituyen una maquina doble, el lugar de una separación y una articulación ininterrumpidas. La *potestas* es *plena* sólo en la medida en que puede ser dividida”. (AGAMBEN, 2008, p. 175).

Portanto, segundo Agamben, no contexto de um mundo globalizado contemporaneamente, quem governa é a economia em sua dimensão pragmática e gestacional da vida humana. Sobrepõe-se ao direito e à política. Exige da política e do direito a conformação de uma ordem legal, bem como a estabilidade política amparada no fortalecimento institucional do Estado para seu pleno funcionamento, incorporando seres humanos à um modo econômico produtivo-consumidor da vida. A máquina governamental, em sua dimensão econômica e pragmática da vida humana, impõe-se na cotidianidade da dinâmica existencial de bilhões de seres humanos e seu fundamento epistemológico localiza-se, segundo o filósofo italiano, no paradigma da providência. Uma vez mais o que está em jogo é localizar o fundamento operacional da articulação entre ser e práxis, transcendência e imanência na constituição da ordem econômica do mundo.

El cristianismo hará frente a la escisión entre ser y praxis, en la que desemboca la ontología clásica, con la elaboración de una doctrina teológica de la providencia. Por un lado, esta doctrina hereda las nociones y la problemática del estoicismo, donde de hecho surgen las primeras teorías de la *prónoia* [providencia]. Por otro lado, la doctrina cristiana es heredada por la teoría y la práctica moderna del gobierno. Desde esta perspectiva, la teología de la providencia es vista como ‘el paradigma epistemológico del gobierno moderno’ (CASTRO, 2008, p. 101).

O paradigma da providência, do governo do mundo, foi a forma a partir da qual a teologia e a filosofia medieval encontraram para contrapor a cisão ontológica clássica que divide a realidade entre ser e práxis, entre o motor imóvel que tudo gera sem ser gerado, mas que, por isso, desconhece a obra de sua criação e a existência relacional dos seres criados. “Ella representa, en el mismo sentido y en la misma medida, el intento de conciliar la escisión gnóstica entre un Dios extraño al mundo y

un Dios que gobierna, que la teología cristiana había heredado a través de la articulación “económica” del Padre y el Hijo” (AGAMBEN, 2008, p. 246).

Deus, em sua absolutidade, permanece na ordem transcendente em relação a um mundo corruptível imanente. Não se dá a conhecer aos seres por ele criados. Entre Ele e os seres humanos não se estabelece qualquer tipo de relação, mas, por intermédio de seu Filho governa o mundo. O Filho é sua materialização imanente através de um plano de salvação a partir do qual governa os destinos do mundo criado.

En la oikonomia cristiana, el Dios creador tiene frente así una naturaleza corrupta y extraña, que el Dios salvador, al que se le ha dado el gobierno del mundo, debe redimir y salvar, para un reino que no es, sin embargo, 'de este mundo'. El precio que debe pagar la superación trinitaria de la escisión gnóstica entre dos divinidades es la sustancial ajenidad del mundo. El gobierno cristiano del mundo tiene, por consecuencia, la figura paradójica del gobierno inmanente de un mundo que es y debe permanecer extraño (AGAMBEN, 2008, p. 246).

Assim, a máquina governamental funda-se no paradigma providencial, a partir do qual procedem transcendência e imanência, providência e destino como poderes hierarquicamente coordenados em que a decisão soberana transcendente determina a ordem e a harmonia do mundo, confiando a administração e a execução a um poder imanente que goza de autonomia na condução dos negócios humanos. Portanto, para Agamben a máquina governamental articula o Estado moderno em torno de uma condição paradoxal que, neste contexto, atua como poder transcendente, que determina princípios, contratos sociais, donde se estabelece uma determinada ordem. Neste sentido, o Estado é concebido como executor de interesses transcendentais, submetendo os indivíduos por meio do uso exclusivo da força à ordem que lhe é exigida.

El Estado moderno hereda, en efecto, ambos aspectos de la máquina teológica del gobierno del mundo, y se presenta tanto bajo la forma del Estado-providencia cuanto bajo la forma de Estado-destino. A través de la distinción entre poder legislativo e soberano y poder ejecutivo o gobierno, el Estado moderno se hace cargo de la doble estructura de la máquina gubernamental. El Estado ejerce algunas veces las funciones reales de la providencia, que legisla de modo trascendente y universal, y otras veces cumple las funciones ciegas y ministeriales del destino, que ejecuta con detalles los dictámenes de la providencia y sujeta a los individuos reacios a la conexión implacable de las causas inmanentes y los efectos que su propia naturaleza ha contribuido a determinar. El paradigma económico-

providencial es, en este sentido, el paradigma del gobierno democrático, así como el teológico-político es el paradigma del absolutismo. (AGAMBEN, 2008, p. 249)

Agamben aponta para o fato de que a máquina governamental e econômica, fundada sob o paradigma da providência, materializa-se na modernidade no Estado “democrático” de direito, em que as estruturas jurídicas e legais regulam e determinam a administração e, em contrapartida, a racionalidade administrativa aplica e executa a lei. Ou seja, o Estado moderno caracteriza-se pelo império da lei sobre a administração do mundo, da existência, da vida e, em sentido inverso, a administrabilidade estatal faz cumprir a lei, de forma que o aparato legal e normativo impõe-se de forma transcendente sobre a racionalidade executiva imanente na economia das coisas e da vida biológica dos seres humanos. Estes pressupostos confirmam, segundo Agamben, que a condição originária do Estado moderno e contemporâneo é oriunda da herança da teologia cristã.

Y cuando el paradigma providencial, al menos en su aspecto trascendente, comienza a declinar, el Estado-providencia y el Estado-destino tienden progresivamente a identificar-se en la figura del Estado de Derecho moderno, donde la ley regula la administración y el aparato administrativo aplica y ejecuta la ley. Sin embargo, también aquí el elemento decisivo sigue siendo aquello a lo que la máquina en su conjunto estaba destinada desde el comienzo: la oikonomia, es decir, el gobierno de los hombres y de las cosas. La vocación económico-gubernamental de las democracias contemporáneas no es un incidente que se cruzó en su camino, sino parte integrante de la herencia teológica de la cual son depositarias. (AGAMBEN, 2008, p. 250).

A partir dos fundamentos da máquina governamental, até aqui arrolados na esteira das reflexões agambenianas, governar significa seguir os princípios transcendentais da lógica econômica em jogo, obedecer às leis de mercado. Ou seja, à racionalidade administrativa e política cumpre uma condição destinal que se lhe impõe em sua totalidade. O Estado deixa de ser a garantia da liberdade ética e política, para tornar-se o lócus privilegiado de execução no plano da imanência das vontades transcendentais da economia financeirizada e virtualmente globalizada. “Governar significa dejar que se produzcan los efectos concomitantes particulares de una “economía” general que permanecería en si misma completamente ineficaz, pero sin la cual ningún gobierno sería posible” (AGAMBEN, 2008, p. 250).

Agamben, ainda demonstra, a partir das pesquisas genealógicas sobre a teologia cristã dos primeiros séculos, que a articulação entre Reino e Governo, ser e práxis, poder transcendente e poder imanente no governo do mundo, se articula a partir do estabelecimento de uma complexa hierarquia em que os anjos assumem na economia divina a função instrumental do governo do mundo. “En este contexto, la noción de jerarquía (literalmente: poder sagrado) le permitirá abordar el paralelo entre poder espiritual e poder terrenal, entre angiólogía e burocracia, presente en la teología de los ángeles desde sus comienzos” (CASTRO, 2008, p. 107).

Na teologia cristã, os anjos são, acima de tudo, os ministros do governo divino do mundo, que, ordenados em nove hierarquias ou ministérios, executam a cada instante, tanto no céu como na terra, os decretos da providência. No Ocidente cristão, a angiólogia tem funcionado como paradigma da burocracia, e a nossa concepção das hierarquias ministeriais tem sido profundamente influenciada por este paradigma celeste. (AGAMBEN, 2007, p. 39-40).

Seguindo os estudos de Peterson sobre os anjos, Agamben procura demonstrar que esta hierarquia angélica é o que mantém a unidade entre poder transcendente e imanente, entre Reino e Governo. A estrutura hierárquica e burocrática que fundamenta o Estado moderno, opera a partir de procedimentos jurídicos e ritos governamentais que conferem publicidade às ações da racionalidade administrativa e política governamental em curso. A burocracia jurídica procedimental e a hierarquização das instâncias decisórias e executoras do governo, ao dar publicidade aos atos do mesmo, conferem-lhe também legitimidade política. É sob estas condições que Agamben caracteriza - na esteira dos estudos de Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo – as democracias modernas como democracias espetacularizadas. Efetivam-se e se justificam a partir de intrincadas e sinuosas estruturas burocráticas e hierárquicas elevadas à condição da máxima expressão da racionalidade governamental possível no governo dos seres humanos e das coisas.

Se por um lado a burocratização e a hierarquização a que estão submetidos os Estados e os governos na modernidade e contemporaneidade transformam o espaço público e a política num espaço espetacularizado, a política enquanto espaço de encontro e confronto de pluralidades encontra-se desprovida de fundamento, numa condição de inoperância. Para compreender esta condição

governamental Agamben busca na teologia da Glória os fundamentos para a compreensão deste esvaziamento da esfera da política na contemporaneidade. Neste sentido, aponta para o fato de que nos tratados medievais sobre os anjos, os teólogos cristãos medievais enfrentam uma questão crucial: O que fazem os anjos e Deus após o juízo final?

O governo divino do mundo é, efectivamente, algo essencialmente acabado. Depois do Juízo Final, quando a história do mundo e das criaturas tiver chegado ao fim e os eleitos tiverem alcançado a sua beatitude eterna e os danados o seu eterno castigo, os anjos já nada terão para fazer. Enquanto no Inferno os diabos estão incessantemente ocupados em punir os danados, no Reino dos Céus, como na Europa de hoje, a condição normal é o desemprego. Como escreve um teólogo particularmente radical: 'A consumação final não admite nem a cooperação das criaturas, nem qualquer possível ministério. Tal como Deus é princípio imediato de todas as criaturas, é igualmente seu fim, alpha et omega. Cessarão, pois, todas as administrações, cessarão todos os ministérios angelicais e todas as operações hierárquicas, pois eles estavam ordenados para levar os homens ao seu fim e, uma vez alcançado esse fim, terão de cessar'. (AGAMBEN, 2007, p. 40).

Aqui se está diante de um complexo problema teológico. "Como pensar agora, tanto em Deus como nos homens e nos anjos, uma vida totalmente inoperativa? Como pensar um Reino sem qualquer Governo possível?" (AGAMBEN, 2007, p.41). Esta questão teológica multiplica-se numa série de outras questões de suma importância. "Depois de o gênero humano ter sido julgado", pergunta-se com angústia São Jerônimo, "que vida poderá haver? Haverá outra terra, um novo mundo? Nós conhecemos o que está no meio e que nos foi revelado pelas Escrituras, mas o que está antes do mundo e depois do seu fim é totalmente incognoscível". (AGAMBEN, 2007, p. 41)

Está em jogo, para os teólogos cristãos, justificar a existência de um deus inoperativo diante do governo do mundo, mas, ao mesmo tempo, evitar interpretações teológicas que o vinculem à idéia de impotência. Ou seja, a equação que os teólogos querem resolver assim se apresenta: "Para evitar o desaparecimento total de todos os poderes, eles separam-no do seu exercício e afirmam que o poder não desaparece, mas que, simplesmente, deixa de ser exercido, assumindo assim a forma imóvel e resplandecente da glória" (AGAMBEN, 2007, p. 41)

As hierarquias angelicais, que desistiram de todas as actividades de governo, permanecem inalteradas e passam a celebrar a glória de Deus. Ao ininterrupto ministério governamental dos anjos, segue-se agora o eterno canto que, juntamente com os anjos, também os beatos entoam em louvor de Deus. O poder coincide agora integralmente com o aparato cerimonial e litúrgico que antes acompanhava o governo como uma sombra enigmática. [...]. Na perspectiva da teologia cristã, em que o governo é algo essencialmente finito, a Glória é a forma em que o poder sobrevive a si próprio e a operosidade impensável encontra o seu sentido no interior da ordem teológica. A relação especial entre glória e inoperatividade [...] designa o fim último do homem e a condição que se segue ao Juízo final, a glória ocupa o lugar da inoperatividade pós-juízo, na qual resolvem todas as obras e todas as palavras divinas e humanas. (AGAMBEN, 2007, p. 41-42).

A teologia da Glória justifica assim a inoperatividade de Deus, a própria eternidade, princípio e fim em si mesmos. “um sábado eterno, no qual Deus, os anjos e os homens parecem misturar-se e mergulhar no nada” (AGAMBEN, 2007, p. 43). Neste momento Agamben aponta para a consequência política da teologia da Glória em sua íntima articulação com a inoperatividade. “No início e no fim do poder mais alto está, segundo a teologia cristã, uma figura não da ação e do governo, mas da inoperatividade. O mistério inenarrável, que a glória, com a sua luz ofuscante, têm de esconder, é o da divina inoperatividade” (AGAMBEN, 2007, p. 43).

A glória é aquilo que garante o funcionamento da máquina governamental. “toma o lugar daquele vazio impensável que é a inoperatividade do poder e, todavia, precisamente esta indizível, ingovernável vacuidade é aquilo que parece alimentar a máquina do poder, aquilo de que o poder tanto precisa [...] manter [...] seu centro em forma de glória”. (AGAMBEN, 2007, p. 43-44) Esta condição do poder e da política que tem como centro e condição de operosidade a glória, encontra na imagem do trono vazio sua representação máxima.

Na majestade do trono vazio o dispositivo da glória encontra a sua cifra perfeita. O seu objetivo é o de capturar no interior da máquina governamental – para fazer dela o motor secreto desta – a impensável inoperatividade que constitui o mistério último da divindade. E a glória é que glória objectiva, que exhibe a inoperatividade divina, quer glorificação, na qual também a inoperatividade humana celebra o seu sábado eterno. O dispositivo teológico da glória coincide aqui com o profano e podemos, portanto, servir-nos dele como paradigma epistemológico que nos vai permitir penetrar o arcano central do poder. (AGAMBEN, 2007, p. 45).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a partir destas perspectivas genealógicas e arqueológicas derivadas dos fundamentos da teologia cristã dos primeiros séculos do cristianismo que Agamben desvela os fundamentos da máquina governamental e econômica em pleno funcionamento na contemporaneidade. Agamben aponta para o vazio político que reside na hegemonia da economia no tempo presente. A economia transformou-se em um fim em si mesmo, num poder transcendente que governa, a partir de um intrincado aparato jurídico e burocrático, a vida e a morte dos seres humanos, das coisas. Um poder transcendente e imanente que captura a vida humana e a otimiza em sua dimensão meramente biológica.

Assim, compreender a máquina governamental e sua ação na modernidade e contemporaneidade, pressupõe o reconhecimento da doutrina teológica da Trindade e a afirmação da economia em sua dupla dimensão constitutiva e imperativa sobre as formas-de-vida humana vinculada a uma ordem transcendente (*ordo divina*) e ao mesmo tempo vinculadas à uma ordem imanente (*ordo humana*), “el nacimiento del paradigma gubernamental sólo se vuelve comprensible si se le situa sobre el fondo “económico teológico” de la providencia del que es solidario”. (AGAMBEN, 2008, p. 197).

A máquina governamental e econômica moderna e contemporaneamente globalizada, opera a partir das leis transcendentais de mercado que incidem diretamente sobre a vida e a morte dos seres humanos. A partir das promessas de salvação pela via da economia impõem-se à totalidade do mundo, dos povos e das culturas, formas-de-vida, hábitos, estilos de vida. “*lo esencial en todo caso es que se gobierna un país – y, llevado al limite, la tierra entera – permaneciendo completamente extraños a él*” (AGAMBEN, 2008, p. 247).

Desta forma, o filósofo italiano ao propor a genealogia da teologia econômica como condição de descortinar os fundamentos da política moderna, demonstra que a política encontra-se esvaziada em sua condição ontológica e, em contrapartida, afirma-se uma práxis, uma racionalidade pragmática e administrativa que constitui a máquina governamental que Reina e Governa as coisas e os seres humanos. Esvazia a condição política para afirmar-se a condição econômica dos viventes a partir de articulações estratégicas, jurídicas, administrativas e burocráticas.

Ou dito de outra forma, Agamben procura demonstrar que a máquina governamental e econômica está desprovida de fundamento. Ela opera sobre o vazio de uma economia como fim em si mesma. Neste contexto, a vida humana é concebida em sua biologicidade, exposta a processos de gestão racionalizada dos recursos de produção e consumo como condição de alcance da felicidade, do viver bem.

Agamben aponta para o fato de que a vida humana é em si mesma inoperativa, desprovida de finalidade. E é justamente esta característica humana que torna os seres humanos incomparáveis no conjunto da vida natural em seu entorno, pois o homem é um ser sem fundamento em si mesmo, o que lhe impõe a necessidade, diante de sua condição contingente, de atribuir sentido e finalidade à própria existência. E é sobre este pressuposto humano que a máquina governamental e econômica opera na contemporaneidade, capturando e mantendo a vida humana em sua inoperatividade ao potencializar a racionalidade econômico-administrativa na atomização da dimensão biológica da vida.

Assim, a máquina governamental e econômica em pleno funcionamento em nossos dias, opera no vazio de seu fundamento captando e cerceando possibilidades de manifestações vitais para além do âmbito biopolítico. Articulando-se em torno de técnicas de vigilância e controle, o que está em jogo é a atomização dos indivíduos privatizados em si mesmos na dinâmica de produção e consumo de suas vidas biológicas. A busca do bem viver que entre os gregos demandava uma postura ética e política reduz-se agora a postura de crença e devoção nos rumos da economia financeira globalizada.

Nesta sociedade de indivíduos atomizados na dinâmica da produção e do consumo, o que importa é o espetáculo, são os índices de produtividade que garantem o bom funcionamento da economia, se acompanhados pelos índices de consumo. A máquina governamental articulada em seus sistemas de crenças, de aclamações públicas espetaculares, apresenta-se, neste contexto, como a última fronteira humana possível. Não haveria mais o que fazer, pensar ou propor. O homem chegou a seu limite ontológico, político e ético, cabendo-lhe, neste contexto, otimizar a efêmera e contingente existência numa dinâmica estetizante em torno da vida na redutível condição biológica de sua corporeidade.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Selvino J. Apresentação. (In) FOUCAULT, Michel. **OMNES ET SINGULATIM [para uma crítica da razão política]**. Tradução de Selvino J. Assmann. Desterro: Edições Nephelibata, 2006.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **Estado de Exceção**. Tradução de Iraci d. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Che cos' è un dispositivo?** Roma: Editora Nottetempo, 2006.

_____. Arte, Inoperatividade, Política. In: CARDOSO, Rui Mota. **Política – Politics. Giorgio Agamben; Giacomo Marramao; Jacques Rancière; Peter Sloterdijk. Crítica do Contemporâneo: conferências internacionais Serralves**. Português. 2007. p. 17-49.

_____. **El Reino y la Gloria: Una genealogía teológica de la economía y del gobierno**. Traducción de Flavia Costa, Edgardo Castro y Mercedes Ruvituso. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2008 (Homo Sacer, II,2).

_____. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. Tradução Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

CASTRO, Edgardo. **Giorgio Agamben: una arqueologia de la potencia**. Buenos Aires, Jorge Baudino Ediciones, UNSAM EDITA de Universidad Nacional de General San Martín, 2008.

ASSMANN, Selvino J. Apresentação. (In) FOUCAULT, Michel. **Omnis Et Singulatim [para uma crítica da razão política]**. Tradução de Selvino J. Assmann. Desterro: Edições Nephelibata, 2006.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar: Do regimen medieval ao conceito de governo**. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Tradutor Elisete Antoniuk; coordenação e supervisão Luiz Moreira. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Artigo recebido em: 29/11/2015

Artigo aprovado em: 03/12/2015